



BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) na página do jornal "Jornal O Dia SP" na internet, no endereço eletrônico: <https://www.jornalodia.com.br/> e b) Relações com Investidores www.bradesco.com.br/

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		Passivo	
	2023	2022	
Ativo			
Disponibilidades	1.892	2	Instrumentos Financeiros
Instrumentos Financeiros	227.522	208.239	2.083
Títulos e Valores Mobiliários	227.522	208.239	2.083
Outros Instrumentos Financeiros Ativos	1	-	7.003
Créditos Tributários	512	461	Outras Provisões
Outros Ativos	9.314	10.263	20.240
			29.326
Total do Ativo	239.241	218.965	Total do Passivo
			29.326
			98.000
			111.915
			209.915
			239.241

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO RESUMIDA - Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil	
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	
Receitas da Intermediação Financeira	15.038	31.415	25.286
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15.038	31.415	25.286
Resultado da Intermediação Financeira	15.038	31.415	25.286
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	9.899	23.429	28.582
Receita de Prestação de Serviços	58.591	111.164	127.310
Despesas Administrativas	(39.732)	(73.714)	(87.629)
Despesas Tributárias	(7.197)	(12.629)	(10.965)
Outras Receitas Operacionais	23	52	161
Outras Despesas Operacionais	(1.731)	(2.019)	(229)
Despesas com outras Provisões	(55)	(125)	(86)
Resultado Operacional	24.937	54.744	53.688
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	24.937	54.744	53.688
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.852)	(17.919)	(21.465)
Lucro Líquido	19.085	36.925	32.403
Lucro Básico por Lote de mil Cotas em R\$	194,75	376,79	432,05

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE RESUMIDA - Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil	
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	
Lucro Líquido do Período	19.085	36.925	32.403
Resultado Abrangente do Período	19.085	36.925	32.403

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDA - Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil	
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(4.516)	21.482	(62.639)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	(598)	(225)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.516)	21.174	(62.864)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	233.930	208.240	271.304
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	229.414	229.414	208.240
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.516)	21.174	(62.864)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.918/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.596/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis e formas aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução a valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os compoem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

3) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras completas auditadas equivalem-se àsquelas aplicadas às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira por categoria

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Carteira própria - títulos para negociação	227.522	208.238
Cotas de fundos de investimentos (1)	227.522	208.238
Total	227.522	208.238

(1) Montante aplicado em fundos exclusivos da Organização Bradesco.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023
Rendas com aplicações em fundos de investimentos	15.038	31.415
Total	15.038	31.415

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

5) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 98.000 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 82.000 mil), é composto por 98.000.000 de cotas (em 31 de dezembro de 2022 - 82.000.000), com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2023	2022	2023	2022
Início do período	82.000.000	70.000.000	82.000	70.000
Aumento de capital com reserva (1)	16.000.000	12.000.000	16.000	12.000
Fim do período	98.000.000	82.000.000	98.000	82.000

(1) Em 28 de abril de 2023 foi aprovado o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social o aumento de Capital Social de R\$ 16 milhões, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros - Estatuária", com a criação de 16 milhões de cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, que foram atribuídas ao sócio-cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do sócio-cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Reservas de lucros	111.915	101.340
- Reserva legal (1)	10.503	8.657
- Reserva estatutária (2)	101.412	92.683

(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 60% do Capital Social integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios-Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico: Relações com Investidores www.bradesco.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 29 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

STF adia julgamento sobre revisão da vida técnica do INSS

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou na quinta-feira (29) a retomada do julgamento sobre a revisão da vida toda de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A análise do caso estava prevista para a sessão da quinta-feira (29), mas o julgamento de ações sobre a política ambiental do governo de Jair Bolsonaro tomou todo o tempo da sessão. A nova data de julgamento não foi definida.

Os ministros vão decidir se haverá alterações na decisão da própria Corte, que, em 2022, reconheceu a revisão da vida toda e permitiu que aposentados que entraram na Justiça possam pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida.

Apesar da decisão, a revisão ainda não é aplicada devido a um recurso do INSS. O órgão entrou com um recurso para restringir os efeitos da validação da revisão. O INSS quer excluir a aplicação da revisão a benefícios previdenciários já extintos, decisões judiciais que negaram direito à revisão conforme a jurisprudência da época e proibição

de pagamento de diferença antes de 13 de abril de 2023, data na qual o acórdão do julgamento do STF foi publicado. Entenda O processo julgado pelo STF trata de um recurso do INSS contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que garantiu a um segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a possibilidade de revisão do benefício com base nas contribuições sobre o período anterior ao ano de 1994.

Durante a tramitação do processo, associações que defendem os aposentados pediram que as contribuições previdenciárias realizadas antes de julho de 1994 sejam consideradas no cálculo dos benefícios. Essas contribuições passaram de ser consideradas em decorrência da reforma da previdência de 1994, cujas regras de transição excluíam da conta os pagamentos antes do Plano Real.

Segundo as entidades, seguros do INSS tiveram redução do benefício em função da desconsideração dessas contribuições. (Agência Brasil)

Geane Braga de Melo
Contadora - CRC 15P273494/O-7